

MÁRIO PEDROSA, O GOLPE DE 1964 E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO

Everaldo de Oliveira Andrade¹

O golpe militar de 1º de abril de 1964 recebeu do veterano militante socialista Mário Pedrosa uma resposta à altura da brutalidade e ataque que se sucedeu à sociedade brasileira com a ditadura. Em dois densos livros publicados em 1966, hoje pouco lidos e praticamente esquecidos (*A opção imperialista* e *A opção brasileira*²), Mário foi além da indignação e da denúncia imediata do golpe. Apontou as raízes profundas da subordinação insolúvel do capitalismo brasileiro e da sua burguesia até hoje, sempre submissa e incapaz frente aos capitais externos, ao imperialismo. Analisou o contexto internacional do capitalismo desde o início do século XX e as possíveis articulações amplas com o então chamado “mundo socialista”. Analisou em profundidade crítica as perspectivas dos economistas desenvolvimentistas de então, e propôs a alternativa ousada da planificação socialista como caminho viável para o Brasil superar seu atraso secular.

Mário Pedrosa em 1977, em retorno ao Brasil após exílio no Chile, tendo sido absolvido do processo movido contra ele pelo regime militar. Fundo Livio Xavier (CEMAP – CEDEM)

Pensando as possibilidades de resistência à ditadura e retomada da luta dos trabalhadores no Brasil, sua reflexão foi original e crítica aos caminhos das esquerdas de então; se delimitando tanto nas alianças com a burguesia supostamente progressista defendida pelo PCB e suas derivações, quanto no aventureirismo da luta armada desenraizada das tradições de luta dos trabalhadores brasileiros. Pôde assim antever, desde 1966, os caminhos que levariam a classe operária brasileira – agindo nos sindicatos e pela democracia – a majoritariamente fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas décadas seguintes. Em fuga do Brasil em 1970, Mário partiu para o exílio no Chile durante o governo socialista de Salvador Allende, até 1973, e depois para a França. Desembarcou no Brasil em 1977. Já próximo dos 80 anos de idade, jogou um papel fundamental intervindo nos debates que levariam à fundação do PT em 1979³. Entre o aprofundamento da ditadura e a resistência política e teórica empreendida por Mário Pedrosa, forjou-se um dos aportes fundamentais – não só teórico, mas prático – que contribuíram para construir os novos instrumentos de luta política e sindical dos trabalhadores brasileiros.

Caio Prado e a defesa do desenvolvimentismo

Entre os setores socialistas, o núcleo crítico do debate sobre as perspectivas futuras do país no período anterior ao golpe era hegemonizado pelo partido comunista. Mário Pedrosa não fazia parte desses círculos. Esses discutiam regularmente economia através da Revista Brasiliense de Caio Prado e da revista de Estudos Sociais ligada à liderança do PCB. Caio Prado foi um dos expoentes mais destacados. A análise contida em seu livro *A Revolução Brasileira*, lançado também em 1966, delimitava-se, embora sem maiores rupturas, do que dizia a cúpula do PCB em relação às perspectivas estratégicas do desenvolvimento capitalista do país e suas consequências concretas sobre a luta de classes. Segundo Prado, a agricultura brasileira já era capitalista no período e as condições de transição para o socialismo já estavam maduras nesse setor. Além disso, se para Prado a etapa burguesa já havia sido atingida, então o que se podia constatar era que o capitalismo brasileiro mostrava-se incapaz de propiciar o desenvolvimento integral que transferisse qualquer benefício às massas⁴. Suas posições forneceram elementos analíticos políticos e econômicos que, independentemente da vontade do autor, fortaleceram em meados dos anos 1960 a suposta centralidade da insurreição camponesa armada para a luta socialista, preconizada por várias organizações das esquerdas que surgiram na época divergindo do PCB.

No entanto, sob a aparente radicalidade das análises econômicas de Caio Prado havia muito mais pontos de proximidade com setores nacionalis-

tas e desenvolvimentistas do que se poderia supor, e que o afastavam das posições defendidas por Mário Pedrosa. Nas palavras de Ricardo Bielschowsky:

O que predominava nas esquerdas, pelo menos no nível do discurso era um projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista. [...] No nível da especulação, é possível sugerir que a crise do desenvolvimentismo estava dando lugar a um novo ciclo ideológico do pensamento econômico – abortado pelo golpe de 1964 –, ou seja, um ciclo “reformista”, ou talvez um ciclo de “desenvolvimentismo reformista”⁵.

Caio Prado preconizava concretamente o desenvolvimento capitalista e via o socialismo como algo distante. Ele dava um lugar central ao campesinato nas mobilizações da época, isto porque para ele o imperialismo ainda mantinha o país em uma situação colonial e agrícola. A aliança entre os setores agrários oligárquicos e o imperialismo seria o principal obstáculo à industrialização⁶. Seria talvez mais adequado classificar as posições de Prado como uma versão radical da tese da dependência, ao afirmar que a acumulação era indissociável da expansão capitalista internacional e do imperialismo, sendo parte integrante de um processo que apenas enriquecia os países desenvolvidos. Desta situação, as burguesias locais nada podiam mais ser, no essencial, do que aliadas do imperialismo.

Ele critica em parte as teses desenvolvimentistas ao afirmar que a estagnação do processo substitutivo de importações esteve ligada a uma produção voltada prioritariamente ao consumo suntuário das camadas privilegiadas⁷. O desenvolvimento industrial acabaria por acentuar a divisão social na medida em que a produção visava atender apenas uma parcela reduzida da população e manter as massas à margem. Caio Prado propunha caminhos para superar a situação colonial e a industrialização superficial:

A iniciativa privada, uma vez devidamente orientada, constitui não somente, nas circunstâncias atuais do Brasil, um elemento necessário, mas ainda no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível [...]. A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa suficientes para transformação daquele vulto e alcance⁸.

O papel central do Estado brasileiro deveria ser combater e eliminar a iniciativa e intervenção dos empreendimentos internacionais, e assegurar a

participação da iniciativa privada nacional, sendo preciso combinar: “planejamento e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada [...]”⁹.

A falta de capitalismo industrial nacional, menos que a exploração econômica, explicaria a miséria das massas populares: “A pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta desta iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação.”¹⁰

Há aqui certamente grandes distâncias entre as análises dos dois teóricos marxistas. Mário Pedrosa analisa o Brasil desse período, como veremos, no quadro mundial da economia capitalista, e via na futura classe operária a saída positiva para definir um passo de ruptura com as teses desenvolvimentistas a serem protagonizadas por uma suposta burguesia industrialista. Para Pedrosa o obstáculo central ao desenvolvimento soberano da indústria brasileira estava em sua própria burguesia.

Nem liberal nem desenvolvimentista

Para Mário Pedrosa o golpe de 1964 representou a plena articulação da economia brasileira à nova estratégia totalitária no plano político e econômico dos Estados Unidos. Do ponto de vista estritamente nacional ele afirma em seu livro *A Opção Brasileira*: “toda a crise econômica, social e política que se verificava no Brasil de 1964 indicava uma fase de transição, a necessidade de o Brasil mudar de modelo de desenvolvimento”¹¹. Há uma opinião majoritária entre os historiadores e economistas sobre esta avaliação, certamente. No entanto, para Mário Pedrosa era preciso pensá-la sob dois eixos combinados: a economia mundial e o sentido histórico particular do desenvolvimento histórico brasileiro. Isso permitiria refletir as tendências futuras da economia política nacional. Os livros “*A Opção Brasileira*” e *Opção Imperialista*” buscavam desenvolver este projeto.

As origens agrárias da burguesia brasileira, que combinava geneticamente suas principais frações agrária e urbana industrial, impunham limitações estruturais ao capitalismo nacional e facilitavam sua articulação subordinada à economia mundial:

Estamos agora com o palio de uma transição grave do sistema capitalista que se formou no Brasil segundo o modelo da substituição das importações [...]. Chegado a esse ponto, a mudança para outro modelo se impõe. Para que outro modelo? Para um que se caracterize pelo seu poder de autossustentação do crescimento [...]. Trata-se de passar a uma etapa superior de emancipação

econômica e desenvolvimento autônomo. Estamos, pois, em face de uma revolução. A conclusão é geral. O capitalismo pelo vértice que se constituiu no Brasil, numa área privilegiada, ainda não é um capitalismo nacional. Talvez seja esta a sua característica mais profunda e contradição fundamental. Essa autolimitação vem de muitas procedências, mas talvez uma dessas seja a própria natureza de sua formação. Ele se formou no campo da agricultura com a burguesia rural. Daí sua tendência a olhar antes para leste que para oeste, para o mar que para o sertão¹².

No período imediatamente anterior àquele em que Mário Pedrosa desenvolveu suas teses econômicas sobre a conjuntura brasileira e o quadro internacional do capitalismo nos livros de 1966, o Brasil vivia uma fase de crise também no campo das elaborações dos teóricos do pensamento desenvolvimentista, como já abordamos. Era certamente um reflexo da crise política e econômica mais geral. Havia uma relação muito próxima entre os debates em torno das propostas de Juscelino Kubitschek e seu plano de metas e os de uma ideologia desenvolvimentista. Mário buscou delimitar-se destas correntes, das quais fazia uma avaliação negativa. Havia um amplo consenso entre os economistas da década de 1950 de que o rápido crescimento do país no período 1956-61, com taxa anual média de aumento do PIB de 7,4% e expansão industrial em 10,1%, permitira alcançar uma nova estrutura econômica que, por sua vez, facilitaria um planejamento econômico eficaz da economia para um desenvolvimento capitalista. Era nesse contexto que se desenvolvia o plano de metas de JK. O eixo da proposta, sob a inspiração do pensamento econômico amplamente hegemônico pelos desenvolvimentistas e que predominaria pelo menos até 1961, era ampliar a industrialização. Para Pedrosa, foi JK quem avançou mais longe esta derradeira tentativa de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil, o que implicou se opor – mesmo que limitadamente – ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo em que cedia à pressão dos capitais estrangeiros¹³. A superação da crise do modelo de substituição de importações necessitava então de um complemento essencial “que consiste na substituição do financiamento externo, que acompanhava os bens antes importados, por um financiamento nacional”¹⁴.

O grande erro ou fraqueza dos desenvolvimentistas concentrar-se-ia para Mário Pedrosa no fato de se constituírem em formuladores de uma ideologia burguesa que buscava encobrir as limitações da própria burguesia e do capitalismo nacional:

A fragilidade do desenvolvimentismo não estava nas análises de seus economistas, estava, sobretudo nos equívocos – em muitos deliberados – de sua

política e acima de tudo de sua ideologia [...] Os burocratas e técnicos apegados ao poder do Estado acreditaram que podiam substituir as classes sociais dominantes no seu dinamismo e representá-las e agir, no uso e gozo do poder, em nome delas. A burguesia, mesmo brasileira, [...] não tem por hábito deixar-se representar por alguma camada especial de dirigentes [...]. A burguesia é essencialmente privatista. Os burocratas desenvolvimentistas pensaram substituí-la até o fim, sem traumas, sem tropeços [...]. A base social sobre que se apoiava o desenvolvimentismo era um compromisso híbrido entre interesses burgueses agrários, interesses rurais, interesses industriais, interesses das classes trabalhadoras, classes camponesas – e interesses financeiros internacionais. Sua fragilidade não podia surpreender¹⁵.

O desenvolvimento econômico é visto por Mário Pedrosa como uma questão essencialmente política, e não somente técnica. Essa perspectiva está na raiz de sua análise do golpe e da ditadura que se segue a 1964 e seus desdobramentos. Segundo Pedrosa, mesmo Celso Furtado destacaria que seriam necessárias medidas revolucionárias a começar pela suspensão do serviço das dívidas externas, expropriações anti-imperialistas, reforma agrária, gigantescos investimentos do Estado, planejamento global para avançar a economia nacional no sentido da plena industrialização. Não se tratava, portanto, de questões técnicas, mas que envolveriam uma política econômica de longo fôlego. Para isso se exigia a participação efetiva das forças sociais profundas da nação. Para Mário Pedrosa, no entanto, havia um limite político que parecia intransponível a Celso Furtado, entre outros desenvolvimentistas: este reclamava – como Caio Prado – uma “consciência de classe” da burguesia industrial contra os fazendeiros, aqueles que eram seus sócios na direção do capitalismo:

Entretanto, ele ainda insiste, ingenuamente, em falar na incompreensão da classe capitalista industrial [...]. Não há burguesia capitalista que tenha, em seu todo, interesses globais em uma política de industrialização como querem Furtado e outros intelectuais [...]. Eles só querem fábricas quando as perspectivas de lucro são tranquilas. A classe dirigente industrial brasileira decepcionou os desenvolvimentistas¹⁶.

Pode-se afirmar que o conjunto das avaliações e debates sobre a conjuntura e o planejamento para o Brasil, de um ponto de vista capitalista, enfrentava uma crise maior, não apenas ideológica, mas política e econômica. O bloco de poder que sustentava as reformas econômicas nacionalistas e desenvolvimentistas em torno de JK e depois Jango, por exemplo, enfrentava-se

com uma clara ofensiva política dos setores mais conservadores, alinhados diretamente com o imperialismo estadunidense. A pequena brecha nacionalista e desenvolvimentista – que permitia uma aliança anti-imperialista e ação das massas populares – era um obstáculo aos interesses do imperialismo no país. Por esta brecha, poderia avançar uma ruptura revolucionária ligada ao movimento operário? O golpe de 1964 foi uma resposta a esta situação de crescente instabilidade política. Enfrentar e debater caminhos e novas perspectivas no campo do socialismo marxista foi a opção buscada por Mário Pedrosa. O seu embate teórico empreendido contra as correntes do pensamento liberal e desenvolvimentista buscava clarificar para o futuro um pensamento teórico e uma política operária e independente, alternativa à burguesia brasileira.

O planejamento socialista como alternativa de desenvolvimento

Como horizonte necessário, o futuro socialista exigia, para Pedrosa, não só uma ruptura com as ilusões defendidas pelos planejadores desenvolvimentistas hegemônicos até 1964, mas também com os novos dispositivos ultraliberais implantados desde fora pela ditadura. A perspectiva de uma transição ao socialismo deveria estar no horizonte e ser pensada como saída concreta e viável à economia brasileira atrasada, isso também na medida em que o novo regime político do Brasil implicara no fim das ilusões nacionais desenvolvimentistas, ou de uma via independente e autônoma para o capitalismo no Brasil. Mário teve a ousadia de refletir sobre um caminho socialista de superação:

O desenvolvimento brasileiro não se fará pela economia de mercado, pedindo inexoravelmente uma economia pelo menos mista, de plano. Sobre esta ideia as próximas formações políticas, que vão surgir depois da noite ditatorial, terão de se debruçar. O governo do marechal Castello Branco, se veio para “salvar” a livre empresa e uma política liberal em todos os domínios, sairá como aquele que fez a demonstração prática, talvez final, de que o desenvolvimento capitalista automático e autopropulsor neste país é impraticável.¹⁷

O obstáculo intransponível à autonomia e desenvolvimento pleno do capitalismo estava no plano internacional. Essa característica era agora realçada pela maior submissão do capitalismo nacional ao imperialismo. Segundo Mário a “política imperial” dos EUA que começava a consolidar uma nova orientação política pós-revolução cubana encontrara a ditadura brasileira como parte central desse caminho: “A grande missão da ditadura militar foi enquadrar o Brasil, como já vimos, na estratégia da política imperial americana.”¹⁸.

Que perspectivas pensou Mário Pedrosa para o Brasil? Como romper com o atraso econômico e não se iludir com as falsificações e ilusões da burguesia brasileira e seus diferentes ideólogos? O excesso de população agrícola seria o primeiro nó de estrangulamento e uma reforma agrária permitiria a integração de uma parte substancial dessa população com a propriedade da terra. Investimentos intensivos e maciços teriam de ser feitos no setor dos bens de produção para responder a tempo e quantitativamente às novas demandas. A população liberada das servidões do campo se integraria ao exército de trabalhadores industriais e do serviço público. Mário pensa a planificação socialista como alternativa concreta no Brasil:

No nosso país o planejamento será a primeira tarefa da política econômica de um governo socialista [...]. O nosso aparelhamento industrial cobre uma faixa de setores consideravelmente mais vasta que o russo cobria em 1917 e mesmo em 1928 [...]. Poderemos, por isso, partir de um plano mais alto e completo que o ponto de partida soviético. Nesse sentido nosso paradigma não pode ser nenhum país subdesenvolvido ou mesmo industrial secundário. O nosso paradigma deve ser a Rússia dos primeiros planos quinquenais, embora muito mais modernizados. Estabelecendo um quadro de potencialidade de desenvolvimento entre o ponto de partida soviético e o ponto de partida brasileiro, verificar-se-á poder partir o nosso de um nível técnico social bem mais alto e já sob um ângulo de visão democrático e socialista.¹⁹

A planificação exigiria a unificação do novo homem e mulher brasileiros com a educação em um único esforço combinado: “A luta pela industrialização extensiva e intensiva, e a luta pela educação extensiva e intensiva de nossas populações são uma só luta que cabem na mesma programação.”²⁰ Mas tratava-se de ir além: “Um socialismo, combinado, brasileiro mas revolucionário na sua vontade e no seu ânimo, está em ordem do dia neste país. É mesmo a condição precípua de seu desenvolvimento.”²¹

O desenvolvimento econômico do país exigia, para Pedrosa, a mobilização de massas, a colocação do problema da planificação econômica socialista em termos políticos. Dessa forma, a luta pelo desenvolvimento nacional não teria como força motriz dirigente a classe burguesa industrial do país, aliada que está desde sempre aos capitais estrangeiros mais poderosos. O capitalismo aqui se organizara sempre no curto prazo, com poder, astúcia dos arranjos e acomodações e despreocupado com o futuro.²² A revolução brasileira é que poderia, para Pedrosa, levar a industrialização para o interior da nação e envolver seu povo:

A vocação bandeirante deve ser de novo a sua. Esta é o que dará sentido mais profundo à revolução brasileira. Mas a classe capitalista industrial é naturalmente associada aos grupos externos nos quais busca solução para problemas de conjuntura. Ela não está capacitada para captar a natureza e a profundidade do problema.²³

Uma transição política, mediada pelo impulso econômico da planificação, apoiada em mobilizações de massa, colocava-se como estratégia para a superação do impasse do crescimento e da classe dirigente burguesa:

A tarefa é gigantesca, superando as forças da classe dirigente capitalista do país e sua capacidade operacional. A nova estratégia é a transposição da revolução democrática burguesa, já em perda, para uma economia de plano e em parte de supressão do mercado. [...] Ao estado nacional caberia romper o impasse. Caberia assumir a responsabilidade estratégica pela retomada do desenvolvimento, recolocando, afinal, o problema num plano global que abrangesse toda a nação e cuja finalidade central fosse a de considerar o outro lado da economia dual espacial, onde se encontra a maioria do povo brasileiro, como o objetivo de seus investimentos e de sua ação transformadora [...].²⁴

O plano de desenvolvimento global e permanente exigiria a mobilização popular para se viabilizar. Segundo Mário Pedrosa – distanciando-se aqui tanto dos desenvolvimentistas quanto dos autores socialistas como Caio Prado, ou mesmo de concepções talvez vanguardistas – o desenvolvimento econômico nacional e sua perspectiva socialista colocava no horizonte a estratégia da aliança das classes populares nos países atrasados – a aliança operário-camponesa – sob hegemonia operária:

Somente a formulação de uma nova política de desenvolvimento realmente nacional pode congregiar as forças populares e intelectuais dispersas e vencidas. Será agora a formulação de um modelo socialista, do socialismo combinado que poderá chamar ao supremo teste da nacionalidade as únicas grandes classes brasileiras até aqui em parte fora das responsabilidades sociais e políticas e ainda intactas nas suas vivas e profundas virtualidades – a classe operária e classe camponesa. Não se riam, nelas poderão estar as reservas do renascimento brasileiro.²⁵

O plano econômico nos países atrasados deveria ser instrumento político de mobilização popular,

tem de ser global, permanente e dinâmico [...]. É uma política total. É um instrumento de classe, uma hipótese de trabalho de uma nova formação social que assumir e poder para transformar o país [...]. É mais do que um programa de ação governamental imediata [...]. Seria na verdade uma revolução social.²⁶

Os planejadores técnicos poderiam certamente formar quadros para futuros programas, mas sem a autoridade política, social e moral de massas não avançariam – vide o exemplo de Celso Furtado – muito além: “essa autoridade virá e só poderá vir, pela força ativa e criativa da imensa maioria do povo brasileiro; virá da revolução; de seus quadros coletivos; da militância e apostolado nesses quadros²⁷.” O grande aprendizado que certamente se poderia retirar das experiências de planejamento econômico do Brasil era a incapacidade e indisposição política da burguesia e a falta de apoio de massas para qualquer transformação radical dos rumos do país.

A crise mundial capitalista de 1971 e o Brasil

Entre 1970 e 1973 Mário Pedrosa foi obrigado a exilar-se no Chile, então governado por Salvador Allende. Nesse mesmo período inicia-se uma profunda crise internacional do capitalismo, que trouxe desdobramentos para a economia nacional e a política interna da ditadura. Desde 1966, Mário Pedrosa pensara a superação da ditadura levando em consideração duas variantes centrais: as contradições do modelo econômico e as tendências gerais do capitalismo mundial. A ditadura era a expressão da plena articulação da submissão do capitalismo no Brasil ao imperialismo estadunidense. O que, afinal, ocorreu na década seguinte, não foi muito distante destas análises. O fim da paridade ouro-dólar, decretado em 1971 pelos EUA, em seguida a crise do petróleo de 1973, colocavam a nu a dependência externa do país. Entre 1974 e 1977 as importações oscilaram pouco, entre 12 e 12,6 bilhões de dólares, enquanto as exportações subiram de 7,8 para 12,5 bilhões. O aumento das exportações, no entanto não era suficiente para conter a sangria externa e pagar as remessas de lucros das multinacionais e o serviço da dívida externa que já consumia, em 1978, 4,2 bilhões de dólares. Os empréstimos externos deram um alívio ilusório, que cobraria seu preço na década seguinte. Em 1978, o ingresso líquido chegou a 7 bilhões de dólares, e a dívida externa mais do que dobrara em três anos, alcançando chegando a 43,5 bilhões de dólares²⁸.

O modelo econômico da ditadura aprofundara a dependência externa do país com um desequilíbrio econômico de fundo. Desde 1974, a deterioração econômica avançara, o governo Geisel duplicara a dívida externa de 6,2 bilhões para 11,9 bilhões de dólares, e a inflação oficial saltara de 15 para

34%, embora seu índice tenha sido ainda maior. O reajuste dos salários de 1973 foi uma falsificação gritante. O ministro Delfim Neto fixou arbitrariamente o índice inflacionário em 15%, quando outras fontes situavam entre 20 e 25%. O Banco Mundial estimou a inflação em 22%²⁹. A crise econômica mundial impedira que a ditadura permanecesse sem abalos. Tal quadro reforçava a validade da análise de Mário Pedrosa de que a ditadura e seu fim não poderiam ser pensados unicamente no quadro de reflexão nacional. A manipulação de índices inflacionários, para impedir, entre outras coisas, os aumentos salariais, foi um desencadeador das novas mobilizações operárias – as quais nunca deixaram de existir sob a ditadura. A retomada das mobilizações de massa nos grandes centros urbanos provocou efeitos explosivos no interior dos sindicatos, apesar dos controles do regime.

De fato, as brutalidades da ditadura contra os movimentos sociais e seus militantes jamais foram suficientes para apagar a resistência que ia muito além dos superficiais resultados eleitorais que eram alcançados pelo MDB como oposição oficial da ditadura. A luta de classes seguia se desenvolvendo no chão da fábrica. A estrutura sindical setorizada buscava isolar as lideranças e impedir grandes articulações, mas por outro lado obrigava os dirigentes locais a manter contato com suas bases no próprio local de trabalho. Isso não impediu que uma nova geração de dirigentes surgidos deste ambiente começasse a despontar respondendo à crise econômica. Mário já previra que mesmo da burocracia sindical pelega se descolariam setores e quadros para a luta operária. Em São Paulo, a luta do operariado de Osasco a partir de 1968, da Oposição Metalúrgica e suas Comissões de Fábricas na capital durante a década de 1970, e os autênticos do ABC paulista, que se descolam em parte da “pelegada” do sindicato dos metalúrgicos, expressavam esse movimento. Esse processo, vislumbrado por Pedrosa já em 1966 ao analisar os desdobramentos da ampliação do operariado urbano, começava de fato a aflorar neste período.

Desde a França, Mário Pedrosa refletia sobre a difícil situação da América Latina e do Brasil em particular. Sua experiência vendo de perto duas ditaduras, primeiro no Brasil e em seguida no Chile após a experiência viva com o governo Allende derrubado em 1973 por Pinochet, se refletiu em um novo olhar sobre a região. Em 1966, Mário já apontava como equivocada a importação sem crítica de modelos políticos para se pensar a revolução brasileira³⁰. Para ele, sem se desprender da unidade internacional da revolução socialista, suas formas de luta não deveriam deixar de trazer uma expressão genuinamente nacional. Porém, sem uma clara perspectiva de ação independente da classe operária, os riscos de uma derrapagem das reflexões de Mário no nacionalismo ou no terceiro-mundismo eram evidentes. Essas nuances transparecem – como parte das dificuldades para se analisar a nova situação

latino-americana – em seu texto “Discurso aos tupiniquins e nambás”, publicado em outubro de 1975, no qual afirmava:

Os países pobres e subdesenvolvidos já não podem alcançar o avanço dos ricos. Essa disparidade se verifica também no campo da arte. Aqui, igualmente, a quantidade se transforma em qualidade. Na fase histórica em que estamos vivendo, o Terceiro Mundo para não se marginalizar de todo, para não derapar da estrada do contemporâneo, tem que construir seu próprio caminho de desenvolvimento [...]. As vivências e experiências desses povos não são as mesmas dos povos do norte. São muito diferentes, ainda que suas aspirações sejam contemporâneas.³¹

Em carta de 17 de julho de 1976, comentava um novo livro. Mário já estava trabalhando em uma nova obra de análise política e econômica, que ficou conhecida como: “A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo”, na qual procurava resgatar o legado da revolucionária polonesa e sua atualidade em relação às mobilizações operárias que então ocorriam:

Tudo parece nos indicar que chegamos, precisamente, nesse último quarto de século, a essa operação final de desinfecção do coletivo que, segundo os dirigentes quase anônimos das multi ou transnacionais, marcará a hora em que o mundo poderá ser governado, exclusivamente, em nome dos interesses privados, pela oligarquia privilegiada.³²

No momento em que Pedrosa escrevia o novo livro, retomando muitas das reflexões de 1966, a crise capitalista se aprofundava. O fim da paridade ouro-dólar decretado pelo governo dos EUA em 1971 mergulhou afinal o mundo na especulação financeira incontrolável. A alta dos preços do petróleo provocava instabilidades em cadeia nas principais economias do mundo, endividamentos crescentes e uma nova onda de instabilidade política em vários países. Os EUA saíam derrotados da guerra do Vietnã, a Revolução nicaraguense estava a poucos passos de sua vitória em 1979 e a ditadura brasileira dava sinais evidentes de recuo por força das mobilizações populares crescentes.

Dessa forma, Pedrosa não poderia deixar de ver com bons olhos os novos movimentos da classe operária no Brasil, que dava passos firmes em sua ação política independente, contra os efeitos da crise. Desde o ano de 1977, o período era marcado pela retomada das manifestações de massa da juventude estudantil que, em grandes ações ao ar livre, passava a desafiar abertamente a ditadura militar. Ganhava destaque crescente o novo momento do movimento operário brasileiro, com as greves de maio de 1978,

no ABC paulista, demonstrando a capacidade de a classe operária agir por sua conta. Após paralisarem meio milhão de operários, os metalúrgicos receberam um aumento de 11% em negociações diretas com os patrões. Lula emerge como dirigente. O ministro Golbery, a igreja católica e a imprensa em geral, o chamaram de representante legítimo e não comunista dos trabalhadores, tentando contornar o verdadeiro significado das greves³³. Embora seja verdade que Lula nunca tenha ultrapassado uma posição próxima do reformismo em política, o movimento real da classe operária ia muito além dele. Ao retomar os sindicatos e a ação política na via da formação do seu próprio partido, o movimento operário de conjunto assumia um caráter consciente de ruptura direta com a ditadura. Este processo se desenvolveu rapidamente no período seguinte às greves de 1978. A agitação pela formação de um Bloco pelo Partido Operário começava a ser defendida no movimento como estratégia para construir um amplo partido operário de massas no país.

Nas eleições de novembro de 1978 a ditadura busca flexibilizar o regime e utilizar-se mais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para conter a ação independente das massas que crescia e tomava as ruas. Em outubro de 1978 foi abolido o AI-5; o *habeas corpus* restabelecido; a censura prévia em rádio e TV suspensa; e as penas de prisão perpétua e de morte abolidas. No entanto, os poderes ditatoriais permaneciam preservados nos artigos 155 a 158 da mesma emenda constitucional. Nestas eleições, quinze milhões de votos foram recebidos pelo MDB, utilizado pelos trabalhadores como meio de repudiarem a política da ditadura. A agitação por um Partido Operário começava a ganhar repercussão de massa. Mas a farsa das eleições continuava. Porém, cada vez mais ficava nítido um distanciamento e divisão de setores da burguesia com relação à forma ditatorial de governo.

O PT das origens e o protagonismo operário

A conjuntura descrita impulsionou o movimento de organização de um novo partido dos trabalhadores brasileiros. Mário Pedrosa voltou do exílio em outubro de 1977, e logo compôs o laço firme de continuidade histórica entre os jovens militantes de esquerda da década de 1920 e 1930 – aqueles que enfrentaram nas ruas a ditadura varguista e lutaram para construir um partido operário de massas e uma nova internacional – com a nova geração que despontava para construir novas organizações nas décadas seguintes. Ele era parte desta longa e rica história do movimento operário no Brasil e no plano mundial, vínculo expresso em suas incansáveis iniciativas contra a opressão e a exploração promovida pelo capitalismo.

Mário entrou rapidamente em combate pelo novo partido operário, o que era plenamente coerente com sua trajetória anterior. De fato, sua perspectiva de uma futura planificação socialista da economia só seria possível com o protagonismo de uma classe operária organizada e consciente desse papel. Daí o lugar que ocupou nesse momento. A conhecida carta a Lula, “Carta Aberta a um Líder Operário”, e os diversos artigos em jornais da época, são o melhor testemunho do seu engajamento político nessa perspectiva. A carta, escrita em 1º de agosto de 1978, esforçava-se por demonstrar aos novos dirigentes o elo histórico com as ações revolucionárias do passado. Retoma, assim, a luta histórica do movimento operário: “quando Karl Marx, meu mestre, proclamou no século passado que a ‘emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores’ – esta verdade não se apagou mais da história”. Era a reafirmação, para Mário, da necessidade da luta independente dos trabalhadores. Por isso ele era capaz de ver a liderança de Lula apenas como uma pequena expressão de um movimento social mais amplo, coletivo e profundo, da classe operária:

Um jovem militante de sua têmpera, de sua inteligência, de seu devotamento, não é produto feliz do acaso. É um produto necessário da classe operária emergente da nova sociedade brasileira. Formou-se você em São Paulo, no coração mesmo dessa nova classe. Estou certo de que outros como você se estão formando pelo Brasil todo aos milhares.

O veterano militante socialista via na luta pela redemocratização e contra a ditadura o caminho aberto para a revolução socialista. A carta de Pedrosa reafirmava:

Assim se criarão as condições ideais para que afinal surja da luta pela redemocratização do Brasil um movimento operário realmente profundo, livre, nitidamente trabalhista, dentro do qual todas as forças populares legítimas se vão unir para um só final, o socialismo: Movimento dos Trabalhadores pelo Socialismo. Cunha-se, assim, com a naturalidade das coisas elementares, o partido que a consciência proletária de que você e seus companheiros estão imbuídos. Isso é penhor do futuro: fruto das tradições dos mestres nutrido do sangue dos nossos heróis proletários. Sem a libertação do movimento trabalhista é inútil falar-se em liberdade, democracia, socialismo.³⁴

Defendeu nesse período a necessidade de uma assembleia constituinte livre e soberana, saída das várias regiões do país, para reconstruir desde baixo a nação brasileira. Um ano depois da Carta a Lula, em 1979, Mário Pedrosa retomou e insistiu com força na necessidade urgente de um partido dos traba-

lhadores e de uma central sindical. Depositava grandes esperanças no erguimento do PT, mas não se iludia e nem deixava de assinalar os perigos dessa construção. Havia as tentativas que lançavam, para conter e amarrar o jovem e independente movimento operário brasileiro, às classes adversárias. E neste caso, sua mensagem foi sempre muito clara: era preciso aprofundar a luta de classes contra a burguesia e garantir a independência para se abrir caminho para o socialismo. Assim, ele escrevia em 1980:

O Partido dos Trabalhadores deve atuar e destacar-se autonomamente como classe. Nesse sentido é preciso tocar na diferença histórica que existe entre as classes dominantes e o operariado. Como se sabe, o estado nacional moderno é uma criação da burguesia como classe, que o cria sobre os escombros do velho estado. Esse estado, que é o estado da dominação burguesa, não impede, ao contrário, chama à existência, por sua vez, a classe trabalhadora [...]. A missão do proletariado contemporâneo como classe consciente de seus próprios interesses será oposta à da burguesia [...]³⁵

Mário Pedrosa se tornou o filiado número 1 do PT, no domingo de 10 de fevereiro de 1980, em que se fundava o partido. Ele estava com 79 anos e discursou brevemente afirmando a originalidade e a força de um novo partido saído de baixo, das lutas operárias e populares, para construir um novo e original caminho de luta. Era a esperança de ver um partido socialista de massas, independente da burguesia, e que alimentará os sonhos e lutas de novas gerações. Nesse PT das origens, um partido operário e independente, Mário Pedrosa certamente deixou sua marca. Resgatar essa história, sua crítica ao desenvolvimentismo, e seu projeto socialista, segue sendo hoje para o presente e para o futuro um desafio militante.

RESUMO

Este artigo busca resgatar parte das contribuições teóricas e da ação do militante socialista Mário Pedrosa no período da ditadura militar de 1964, desde seu balanço e perspectivas contidos principalmente em seus livros “Opção Brasileira” e “Opção Imperialista” de 1966. Sua análise crítica das correntes desenvolvimentistas e nacionalistas da economia é respondida pelo autor com as perspectivas propostas pela planificação socialista da economia. Por fim, resgata-se o período de crise da ditadura e as contribuições de Pedrosa para a fundação do PT.

PALAVRAS-CHAVE

Mário Pedrosa; ditadura militar de 1964; desenvolvimentismo; planificação socialista; fundação do PT

ABSTRACT

This article seeks to rescue part of the theoretical contributions and actions of the socialist activist Mario Pedrosa during the military dictatorship of 1964 from its conclusion and prospects contained mainly in his books “Brazilian Option” and “Imperialist Option” of 1966. His critical analysis of developmentalist and nationalist currents of the economy is answered by the author about the prospects proposed by the socialist planning of the economy. Finally, the crisis period of the dictatorship and Pedrosa contributions to the foundation of the PT are rescued.

KEYWORDS

Mário Pedrosa; military dictatorship of 1964; developmentalism; socialist planning; PT Foundation

NOTAS

1. Professor de História contemporânea na USP. Este artigo divulga parte de um projeto de pós-doutorado realizado em 2013 na FFLCH – USP e intitulado “O pensamento político de Mário Pedrosa e o debate sobre desenvolvimento e planificação econômica”.
2. PEDROSA, Mário. *A opção imperialista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 e PEDROSA, Mário. *Opção brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
3. ANDRADE, Everaldo de Oliveira “Mário Pedrosa”, em Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (org.), *Intérpretes do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2014.
4. PRADO, Caio. *A revolução brasileira*, 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.
5. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*, 4ª edição, São Paulo: Contraponto, 1998, p. 427-428.
6. PRADO, Caio. *Op. cit.*, p. 136-137.
7. Idem, p. 160
8. Ibid, p. 165
9. Ibid, p. 167.
10. PRADO, Caio. *Op. cit.*, p. 165-166.
11. PEDROSA, Mário. *Opção brasileira*, p. 217.
12. Idem, p. 211
13. Ibid, p. 211
14. Ibid, p. 211.
15. Ibid, p. 227.

16. Ibid, p. 237.
17. Ibid, p. 27-28.
18. Ibid, p. 193.
19. Ibid, p. 41.
20. Ibid, p. 42.
21. Ibid, p. 53.
22. Ibid, p. 243.
23. Ibid, p. 244.
24. Ibid, p. 245.
25. Ibid, p. 273.
26. Ibid, p. 251.
27. Ibid, p. 256.
28. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2010, p. 403.
29. Idem, p. 399-400.
30. “A guerra é revolucionária e nacional ou não é; não se pode fazê-la ou determiná-la de fora.” In: Mário Pedrosa, *op. cit*, p. 79.
31. FIGUEIREDO, Carlos Eduardo de Senna. *Mário Pedrosa - Retratos do exílio*, Rio de Janeiro, Antares, 1982, p. 104-105.
32. PEDROSA, Mário, *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 57.
33. SKIDMORE, Thomas. *Op. cit*, p. 401
34. Carta a um líder operário, 1 de agosto de 1978, in: MARQUES NETO, Castilho (org.), *Mário Pedrosa e o Brasil*, São Paulo: fundação Perseu Abramo, p. 169-172. Ver também, PEDROSA, Mário, *Sobre o PT*, São Paulo: Ched editorial, 1980.
35. *Jornal da República*, 12 de janeiro de 1980, in: MARQUES NETO, Castilho (org.). *Op. cit*, p. 180-184.